



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC**

Edital nº 01/2019-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.008371/2018-94

**PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019**

Torna-se público que a Superintendência Regional de Polícia Federal do Estado do Acre, por meio da Comissão Permanente de Licitação, sediado à Rua Tribunal de Justiça, nº 3501, Portal da Amazônia, CEP: 69.915-630 - Tel (68) 3212-1200 – Rio Branco/AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por grupo, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por valor global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão:** 02/04/2019

**Horário:** 10:30 (dez horas e trinta minutos da manhã) – Horário de Brasília

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em serviço de transporte rodoviário de cargas, em caminhão fechado tipo baú, compreendendo o transporte de mobiliário e bagagens dos servidores e seus dependentes, que no interesse da Administração e da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre – SR/PF/AC, das Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia/AC e Cruzeiro do Sul/AC, forem removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em todo território nacional, bem como, para o transporte de materiais diversos, patrimônio ou não desta Unidade Gestora, inclusive veículos, no cumprimento de suas atribuições, quer na administração de seus bens permanentes ou de consumo, como para exercício de sua atividade finalística, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 06 (seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio

www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.2.8.1.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.1 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido

previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.6 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.5.1 A proposta deverá ser ofertada pelo valor unitário do item, entretanto, o julgamento será realizado pelo valor total do grupo, cuja soma será realizada automaticamente pelo sistema;

5.5.2 O valor de seguro (descrito no Termo de Referência) já deverá estar refletido nos valores propostos pela contratada, quando na fase licitatória de lance e de apresentação das propostas, sem nenhum acréscimo distinto nas faturas.

5.5.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

5.7.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.7.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

5.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.8.1 Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.8.2 Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

5.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

5.14.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, contudo o julgamento será pelo menor valor total do Grupo.

6.5.2 O valor de seguro (descrito no Termo de Referência) já deverá estar refletido nos valores propostos pela contratada, quando na fase licitatória de lance e de apresentação das propostas, sem nenhum acréscimo distinto nas faturas.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01. (um centavo).

6.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o

intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

6.10.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.15 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.16 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23 Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.23.1 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.23.1.1 Prestados por empresas brasileiras;

6.23.1.2 Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.1.3 Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.24 Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.25 Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

7.2.1 Contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.3.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.2.3.1.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.2.3.1.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

7.6.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.6.4 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

7.6.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.6.5.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

7.6.5.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **8 DA HABILITAÇÃO**

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.5.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2 Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.3 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.4 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.6 Habilitação jurídica:

8.6.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.6.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.6.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.7 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.7.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7.8 Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

#### 8.8 Qualificação Econômico-Financeira:

8.8.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.8.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.2 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.8.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

8.8.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 8.9 Qualificação Técnica:

8.9.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, para todos os itens, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.9.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.9.2.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.9.2.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.9.2.3 Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.9.2.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.9.2.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do por meio dos e-mails [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br) ou [cpl.srac@gmail.com](mailto:cpl.srac@gmail.com).

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.10.2 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos

8.10.3 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria

natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10.4 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.11.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.14 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.17 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2 Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor,

9.1.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **10 DOS RECURSOS**

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação

da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **11 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou

serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

## **15. DO TERMO DE CONTRATO**

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 07 (sete) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **16. DO REAJUSTE**

16.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19 DO PAGAMENTO**

19.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a

## **20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 Apresentar documentação falsa;

20.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5 Não manter a proposta;

20.1.6 Cometer fraude fiscal;

20.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

20.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em

relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

22.2. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.3. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo pelos e-mails [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br) ou [cpl.srac@gmail.com](mailto:cpl.srac@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço rua tribunal de justiça, bairro Portal da Amazônia, BR 364, N° 3501, prédio da Polícia Federal no Acre.

22.4. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

23.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

23.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço do ComprasGovernamentais e <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/licitacoes/2018/acre>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço, Rua Tribunal de Justiça, nº 3501, Bairro Portal da Amazônia, CEP: 69.915-630 - Tel (68) 3212-1200 – Rio Branco/AC, nos dias úteis, no horário das 8h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30 ou por e-mail:

cpl.srac@dpf.gov.br e/ou cpl.srac@gmail.com mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência;

**ANEXO I – A** – Relação de Bens a serem transportados

**ANEXO I – B** - Ordem de Serviço

**ANEXO I – C** - Carta de Apresentação

**ANEXO I – D** - Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação

**ANEXO I – E** - Check list – Retirada - Entrega de Veículo

**ANEXO I – F** - Termo de Entrega e Aceite dos Serviços

**ANEXO II** – Minuta de Ata de Registro de Preços;

**ANEXO III** – Minuta de Termo de Contrato.

**DIANA CALAZANS MANN**  
Delegada de Polícia Federal  
Superintendente Regional da SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **DIANA CALAZANS MANN, Superintendente Regional**, em 20/03/2019, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10320069** e o código CRC **A8C7F599**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10320100/2019-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.008371/2018-94

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada em serviço de transporte rodoviário de cargas, em caminhão fechado tipo baú, compreendendo o transporte de mobiliário e bagagens dos servidores e seus dependentes, que no interesse da Administração e da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre – SR/PF/AC, das Delegacias de Polícia Federal em Etipaciolândia/AC e Cruzeiro do Sul/AC, forem removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em todo território nacional, bem como, para o transporte de materiais diversos, patrimônio ou não desta Unidade Gestora, inclusive veículos, no cumprimento de suas atribuições, quer na administração de seus bens permanentes ou de consumo, como para exercício de sua atividade finalística, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

	ITEM	DESCRIÇÃO	FAIXA (Km)	QUANT. (m³)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
GRUPO I	1	Serviço de transporte rodoviário de cargas, em caminhão fechado tipo baú, compreendendo o transporte de mobiliário e bagagens, transporte de materiais diversos, patrimônio ou não desta Unidade Gestora, <b>inclusive veículos.</b>	0 a 600	70	R\$ 229,88	R\$ 16.091,60
	2		601 a 1.200	70	R\$ 360,83	R\$ 25.258,10
	3		1.201 a 1800	110	R\$ 371,88	R\$ 40.906,80
	4		1.801 a 2.400	110	R\$ 425,64	R\$ 46.820,40
	5		2.401 a 3.000	110	R\$ 414,52	R\$ 45.597,20
	6		Acima de 3000	185	R\$ 488,13	R\$ 90.304,05
VALOR DO GRUPO				R\$ 264.978,15		



- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de transportes de cargas e mobiliário.
- 1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. Qualquer unidade da federação poderá ser o local de origem/partida, bastando que percurso esteja compreendido na faixa de Quilometragem de um dos itens da previsto no Termo de Referência.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.
- 1.6. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses e os Contratos terão vigência pelo período de até 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.
- 1.7. A licitação será dividida em 6 (seis) itens no mesmo grupo, conforme tabela. O vencedor será o licitante que, no somatório dos seus lances, em todos os itens, obtiver o menor preço.
- 1.8. Serão consideradas as dimensões padrões abaixo:

<b>OBJETOS E MOBILIÁRIO DA SALA DE ESTAR E SALA DE JANTAR</b>	<b>M³</b>
Abajour	0,20
Aparelho Som	0,40
Ar Condicionado	0,72
Banco Piano	0,25
Banqueta	0,35
Bar	0,87
Baú	0,40
Biombo	0,42
Buffet/Aparador com Cristal	1,23
Buffet/Aparador Gde	1,30
Buffet/Aparador Pq	0,95
Caixa com CDs	0,20
Caixa com DVDs	0,20
Caixa com discos	0,20
Cadeira de Balanço	0,42

Cadeira de Braço	0,30
Cadeira de Criança	0,20
Cadeira Simples	0,22
Caixa de Som Gde	0,58
Caixa de Som Pq	0,32
Carrinho de Chá	0,82
Console (playstation, xbox, nintendo, etc)	0,20
Cristaleira	0,92
DVD/BLU RAY	0,23
Espelho	0,63
Estabilizador de Energia/Transformador	0,33
Estante Alta	1,02
Estante Baixa	0,65
Home Theater	0,30
Lustre/ luminária	0,13
Mármore/ Granito	0,53
Mesa de Centro	0,37
Mesa de Telefone	0,23
Mesa Dobrável	0,32

Mesa Elástica	0,85
Mesa Jantar	1,43
Mesa Lateral	0,53
Mesa TV	0,33
Painel/Suporte para TV	0,60
Piano Armário	1,40
Poltrona	0,65
Puff	0,40
Rack	0,47
Rádio	0,15
Relógio	0,14
Relógio de Pé	0,34
Sofá C/ 2 lugares	0,97
Sofá C/ 3 lugares	1,42
Sofá C/ 4 lugares	1,82
Tapete Gde.	0,38
Tapete Pq.	0,23
TV 20"	0,27
TV 29"	0,45
TV de Plasma/LCD/LED 32"	0,53

TV Plasma/LCD/LED 42"	0,60
TV Plasma/LCD/LED 55"	0,70
Ventilador	0,22
Vidro Mesa	0,55
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIO DE COZINHA</b>	<b>M³</b>
Armário Alto	1,07
Armário Baixo	1,07
Armário Parede	0,58
Balança	0,22
Batedeira	0,10
Bebedouro	0,28
Botijão de Gás (vazio)	0,52
Cafeteira Elétrica (tradicional/dolce gusto/senseo etc)	0,17
Caixa com Utensílios	0,23
Caixa com Cristais	0,23
Caixa de Louças	0,23
Cx. com Mantimentos	0,30
Caixa de Porcelana	0,23
Conj. Fondue	0,23

Esprem.Frutas/Centrífuga	0,20
Exaustor/Coifa	0,18
Filtro	0,35
Fogão/Cooktop	0,62
Fogareiro	0,28
Forno Elétrico/a gás	0,30
Freezer	1,03
Fritadeira (AirFryer)	0,08
Fruteira	0,32
Galão 20 L água mineral	0,05
Geladeira	1,33
Grill/Sanduicheira	0,02
Lava Louças	0,65
Liquidificador	0,10
Lixeira	0,05
Micro-ondas	0,28
Mixer	0,05
Máquina de Pão (Panificadora Portátil)	0,04
Moedor	0,10
Multiprocessador	0,10

Tampo Inox	0,35
Torradeira	0,10
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIO DE LAVANDERIA</b>	<b>M³</b>
Aspirador de Pó	0,22
Baldes/Bacias/Cestos	0,12
Caixa com produtos limpeza	0,30
Enceradeira	0,40
Escada Alumínio	0,32
Ferro de Passar	0,10
Lava Roupas	0,67
Secadora	0,53
Tábua de Passar	0,20
Varal de Chão	0,10
Varal de Teto	0,05
Vassouras/Rodos/Mop/Similares	0,05
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIO DE DORMITÓRIOS</b>	<b>M³</b>
Arara de roupas	0,50
Arca Baú	1,23
Ar Condicionado	0,45

Armário 2 Portas	0,92
Armário 3 Portas	1,25
Armário 4 Portas	1,53
Armário 6 Portas	1,78
Armário 8 Portas	1,98
Armário Duplex	1,60
Bebe Conforto	0,16
Berço	1,72
Cabeceira	0,30
Cama Beliche	1,85
Cama/Box Casal	1,40
Cama/Box Queen	1,56
Cama/Box King	1,74
Cama Criança	0,82
Cama/Box Solteiro	0,98
Cama Dobrável	0,82
Carrinho Bebê	0,35
Cesto P/ Roupas	0,50
Climatizador	0,10
Colchão Berço	0,48

Colchão Casal	1,10
Colchão Queen	1,29
Colchão King	1,51
Colchão Solteiro	0,53
Cômoda penteadeira	0,65
Mala Pq.	0,48
Mala Gde	0,77
Maq. Costura	1,23
Maq. Overloc	0,58
Mesa de Cabeceira/Criado Mudo	0,53
Sapateira	0,25
Sofá-Cama	1,37
Travesseiro	0,06
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO</b>	<b>M³</b>
Ar Condicionado	0,47
Arquivo de Aço	0,58
Cadeira de Escritório	0,82
Cadeira Estofada	0,82
Calculadora Elétrica	0,14
Cofre (vazio)	0,10



Computador de Mesa (desktop)	0,50
Caixa c/ Mat. Escritorio	0,25
Escrivaninha em L	1,25
Escrivaninha Gde	1,13
Escrivaninha Pq	0,67
Estante Aço	0,93
Estante Canto	0,67
Estante Madeira	1,12
Impressora	0,22
Máq. Escrever Elétrica	0,20
Mesa de Reunião	1,83
Monitor	0,38
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIOS DIVERSOS</b>	<b>M³</b>
Antena Parabólica	1,00
Antena TV a cabo	0,48
Aquecedor	0,32
Bateria (instr. musical)	0,88
Bicicletas (Adulto e /ou infantil)	0,38
Caixa c/ objetos de uso pessoal	0,25

Caixa c/ perfumes / maquiagens	0,25
Caixa Cama/Mesa/Banho	0,43
Caixa Com Bebidas	0,25
Caixa com Brinquedos	0,30
Caixa com Cortinas	0,30
Caixa com Enf. Natal	0,30
Caixa com Ferramentas	0,30
Caixa com Livros	0,30
Cx. com objetos diversos	0,30
Caixa com Roupas	0,35
Caixa com Sapatos	0,35
Caixas Diversas	0,30
Caixa Térmica/Cooler	0,15
Chuveiro Elétrico	0,10
Cortador de Grama	0,10
Furadeira e/ou Parafusadeira Elétrica	0,10
Lavadora Alta Pressão (WAP)	0,10
Mangueira	0,25
Patinete	0,18
Prancha Surf	0,52

Prateleira/Nicho	0,05
Projektor	0,30
Quadro/Tela	0,20
Secador de cabelo/Prancha/Escova Rotativa	0,10
Cabelo/Prancha/Escova Rotativa	0,10
Teclado	0,53
Varão para cortina	0,23
Vasos (sem plantas)	0,20
Violão/Guitarra	0,40
<b>VEÍCULOS</b>	<b>M³</b>
Moto	3,60
Automóvel Hatch	13,00
Automóvel Sedan	15,00
Automóvel SUV	23,00
Automóvel Pick Up	28,00

1.8.1 O rol acima não é taxativo.

1.9. Aos objetos e móveis não descritos no rol será considerado o mesmo dimensionamento de item análogo presente na tabela.

1.10. Em caso de objeto/móvel peculiar, sem análogo na tabela, a medição será feita in loco por funcionário da empresa no momento de carregamento dos bens.

1.11. A concordância com a aferição feita in loco dos objetos e móveis peculiares deverá ser feita por meio da assinatura do servidor no documento “Relação dos Bens a serem transportados”.

1.12. O objeto deste certame não inclui transporte de animais, alimentos perecíveis e/ou plantas.

1.13. Os custos referentes ao Seguro já deverão estar refletidos nos valores propostos pela contratada, quando na fase licitatória de lance e de apresentação das propostas, sem nenhum acréscimo distinto nas faturas.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A execução do serviço a ser contratado atenderá as necessidades de realocação dos bens móveis da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre e de seus servidores conforme as pertinências a seguir relacionadas:

2.2. Motivação da contratação:

2.2.1. O serviço objeto deste certame decorre do direito dos servidores que, no interesse da Administração, forem removidos em caráter permanente de seu domicílio, conforme o disposto nos artigos 53 a 57 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, bem como das necessidades de realocação de bens móveis de propriedade da SR/PF/AC ou de outras unidades da Polícia Federal.

2.3. Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

2.3.1. Trata-se de contratação absolutamente essencial, cujos serviços a serem prestados pela Contratada contribuirão para a correta observância da lei, trazendo benefícios diretos à Administração, possibilitando o cumprimento de ônus legal decorrente do remanejamento de seu quadro de servidores cuja finalidade precípua é a garantia do melhor desempenho de suas atividades onde seja imprescindível reforço do efetivo ou presença justificada de servidores necessários ao cumprimento e aperfeiçoamento da missão do órgão nas mais diferentes localidades. Além disso, a contratação suprirá eventuais necessidades de realocação de bens de propriedade da Polícia Federal, para o melhor cumprimento de sua missão.

2.4. Prestação do serviço:

2.4.1. É necessário à empresa Contratada estrutura para a disponibilização diuturna e contínua dos serviços, visto tratar-se de demanda que a Administração pode prever, mas não pode declarar com exatidão. Além disso, a legislação prevê prazo para deslocamento e apresentação em nova sede dos servidores públicos federais. A não disponibilidade do serviço poderia comprometer os objetivos desses prazos causando transtornos ao servidor removido e à Administração.

2.5. Quantitativos:

2.5.1. As quantidades de metragem cúbica para o transporte de cargas e mobiliário definidas no presente Termo de Referência justifica-se como estimativas determinadas frente a um cenário de decisões de remoção de servidores no interesse da Administração tomadas pela Direção-Geral da Polícia Federal, não possuindo possibilidade de traçar quantidades determináveis através de séries históricas.

2.5.2. A metragem cúbica dos veículos foi estimada por média, por tipo de veículo (motocicleta, automóvel hatch, sedan, SUV e pick-up).

2.5.3. Além disso, tomou-se como parâmetro a quantidade de serviços prestados por meio da Ata de Registro de Preços nº 07/2017, Pregão SRP nº 11/2017 – SR/PF/AC, que por ora atende esta Unidade, até 19 de outubro de 2018.

2.5.4. Por fim, somou-se a estas estimativas de serviços motivados por remoções um percentual de um pouco mais de 10%, como previsão aos serviços motivados por necessidade de transporte de veículos e outros bens, no interesse da Administração.

2.6. Motivação do Agrupamento:

2.6.1. Optou-se pela junção dos 06 (seis) itens em apenas 01 (um) grupo, tendo em vista a compatibilidade dos itens da licitação e as características das regiões, ficando inviável administrar um contrato para cada necessidade de deslocamento, considerando que os itens se diferenciam apenas pelas distâncias entre as cidades. Tal agrupamento facilitará a gestão do contrato e fiscalização dos serviços prestados.

2.6.2. O agrupamento objetiva ainda uma maior participação de empresas interessadas, uma vez que a prestação dos serviços que contemplam apenas um item poderia não despertar interesse por parte das empresas.

2.7. Motivação para possibilidade de aquisição de itens isolados

2.7.1. Justifica-se a possibilidade de aquisição (emissão de empenho) de item do grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, ainda que o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não seja o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, em virtude de ser inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo, pois os itens se diferenciam apenas pelas distâncias entre as cidades e a contratação da administração depende da necessidade e localidade determinada na remoção ou movimentação de seus bens. Estas movimentações ocorrem de forma totalmente imprevisíveis e cuja a distância só é determinada em virtude daquele caso concreto tratado no momento.

2.8. Motivação para a opção pelo Regime de Execução:

2.8.1. O regime de execução adota será Global em virtude do contrato não envolver medição unitária dos

quantitativos a cada serviço na planilha orçamentária por imprecisão dos itens orçamentários, uma vez que é possível definir previamente no projeto, as quantidades de serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, conforme detalhado no item primeiro deste Termo e justificativa do quantitativo apresentado no item 2.5.

2.9. Motivação da escolha do Sistema de Registro de Preços:

2.8.1. O procedimento licitatório em sua forma Pregão Eletrônico, do Tipo Menor Preço, através do Sistema de Registro de Preços (SRP), justifica-se pela possibilidade de aquisições a serem realizadas repetidas vezes durante um determinado período de tempo, conforme art. 3º, inciso I do Decreto 7.892 de 2013 e o inciso IV - fato de haver impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser contratado, uma vez que, em regra geral a contratação é realizada para custear o transporte de mobiliário de servidores removidos no interesse da administração e de mobiliários e equipamentos que podem ou não ser enviados de uma unidade para outra.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de transporte de cargas, tais como encomendas, bagagens de servidores e outros materiais de interesse da administração, para atender despesas inerentes à locomoção de servidores e logística relativas ao patrimônio da União sob responsabilidade da Polícia Federal.

### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão para registro de preços, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Será necessário que a contratada apresente comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, a respeito de contratos já concluídos ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, assim como apresentar regularidade nos cadastros SICAF, CEIS, CNJ e TCU.

5.1.2. Não obstante o serviço ser prestado somente quando houver servidor em remoção ou em eventuais locomoções de bens, os serviços de transporte de mobiliário, bagagens e bens visam garantir, ainda que indiretamente, que as atividades finalísticas da Unidade sejam mantidas sem interrupções ou prejuízos, seja porque promoverá a agilidade nos procedimentos de remoção, seja porque os bens do interesse da Administração são ou serão patrimônio da União, portanto devem ter a integridade assegurada. No entanto, o serviço não será prestado de forma contínua devido a imprevisão do quantitativo que efetivamente será utilizado prejudicar a disponibilidade orçamentária da contratação.

5.1.3. Quanto aos critérios de sustentabilidade, a contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010

5.1.4. A ata de registro de preços terá validade de 12 meses, a contar da data de sua publicação e os contratos terão vigência pelo período de até 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

5.1.5. Não haverá necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, e todo o procedimento a ser adotado na execução do serviço será orientado pelo contrato e por este termo de referência

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. Não é possível prever a quantidade de deslocamentos. Em caso de necessidade de deslocamentos, as

despesas ficarão por conta da contratada, pois alteridade de localidades é inerente ao serviço de transporte de bens.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste termo de referência.

## **6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

6.1. A pretendida contratação não necessita de vistoria em nenhuma instalação da contratante, pela natureza do serviço a ser prestado.

## **7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. A demanda do órgão gerenciador tem como base as seguintes características:

7.1.1. O custo estimado da contratação e os respectivos valores foram apurados mediante pesquisas de preços de mercado com empresas do ramo, Painel de Preços do MP, atas vigentes com contratações similares de outros órgãos e a atual ata desta SR/PF/AC.

7.1.2. A quantidade em m³ foi baseada na quantidade utilizada nos anos anteriores, previsão de utilização para os próximos 12 meses e nos limites impostos pelo art. 4º do Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, quais sejam: limite máximo de doze metros cúbicos ou 4.500kg por passagem inteira, até duas passagens, acrescido de três metros cúbicos ou novecentos quilogramas por passagem adicional, até três passagens. Sendo assim, consideramos o total de 33m³ por mudança;

7.1.3. Os custos referentes ao Seguro já deverão estar refletidos nos valores propostos pela contratada, quando na fase licitatória de lance e de apresentação das propostas, sem nenhum acréscimo distinto nas faturas.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A execução dos serviços será iniciada quando o fiscal do Contrato receber a solicitação formal do servidor ou da Administração, devidamente justificada a necessidade do serviço.

8.1.2. Estando a solicitação de acordo com a legislação pertinente e com este Termo de Referência, o fiscal solicitará ao Setor de Logística e Administração Policial – SELOG, que providencie os procedimentos para a celebração do contrato.

8.1.3. O valor do contrato será correspondente ao volume total ao que o servidor terá direito, todavia o valor a ser pago à contratada será equivalente ao volume efetivamente transportado, desde que não ultrapasse o valor total a que tem direito.

8.1.4. O fiscal encaminhará ao servidor ou setor interessado o documento “Relação dos Bens a serem transportados” (ANEXO I – A - Relação de Bens a Serem Transportados), que deverá ser preenchido e devolvido em prazo previamente acordado entre fiscal e servidor.

8.1.5. O prazo de que trata o parágrafo anterior deverá ser expresso na Relação dos Bens a serem transportados.

8.1.6. O fiscal e a contratada não serão responsabilizados por atrasos na execução do serviço decorrentes pelo retorno tardio do documento “Relação dos Bens a serem transportados” por parte do servidor ou setor interessado.

8.1.7. Ao receber a “Relação dos Bens a serem transportados”, o fiscal deverá conferir a regularidade e correção das informações.

8.1.8. Em caso de erros ou dúvidas, retornar o documento ao servidor ou setor para as devidas correções ou justificativas em até 1 (um dia) útil, com igual prazo para que o servidor ou setor interessado responda e reenvie o documento.

8.1.9. Após a celebração do contrato e se o documento “Relação dos Bens a serem transportados” estiver regular, o fiscal deverá preencher o documento “Ordem de Serviço” (ANEXO I – B - Ordem de Serviço), assiná-lo juntamente com o SELOG, e encaminhá-lo à empresa contratada em até 02 (dois) dias úteis, tendo anexado cópia do Contrato a “Relação dos Bens a serem transportados” e os documentos “Carta de Apresentação” (ANEXO I - C - Carta de Apresentação) e “Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação” (ANEXO I – D - Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação).

8.1.10. Ao receber os documentos de que trata a cláusula anterior, a empresa deverá encaminhar em até 01 (um) dia útil os documentos “Carta de Apresentação” e “Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação” devidamente preenchidos, contendo informações acerca dos funcionários da transportadora que prestarão o serviço, com RG, CPF e Cargo dos mesmos, ambos assinados pelo representante legal da

contratada junto à SR/PF/AC.

8.1.11. Após receber os documentos de que trata a cláusula anterior preenchidos, o fiscal deverá encaminhá-los ao servidor ou setor beneficiado pelo serviço na maior brevidade possível, juntamente com o documento “Checklist – Retirada/Entrega do Veículo (ANEXO I – E - Check List – Retirada - Entrega de Veículo) e o documento “Termo de Entrega e Aceite dos Serviços” (ANEXO I – F - Termo de Entrega e Aceite dos Serviços).

8.1.12. O prazo para recolhimento dos bens será de até 03 (três) dias úteis desde o recebimento da Ordem de Serviço

8.1.13. Os prazos para entrega dos bens no destino serão calculados a partir do dia do recolhimento dos bens, obedecendo os prazos abaixo descritos:

ITEM	FAIXA (km)	PRAZO PARA ENTREGA NO DESTINO
1	0 a 600	05 (cinco) dias úteis
2	601 a 1.200	08 (oito) dias úteis
3	1.201 a 1800	10 (dez) dias úteis
4	1.801 a 2.400	12 (doze) dias úteis
5	2.401 a 3.000	15 (quinze) dias úteis
6	Acima de 3.000	18 (dezoito) dias úteis

8.1.13.1. Os prazos estipulados tanto para o recolhimento dos bens quanto para a entrega da bagagem não prevalecem diante dos motivos de força maior e dos casos fortuitos, desde que devidamente comprovados e aceitos pela Contratante.

8.1.13.2. Na hipótese de atrasos ou impedimentos para o recolhimento dos bens, a Contratada deverá comunicar à Contratante em até 1 (um) dia útil antes do vencimento do prazo, sob pena de aplicação das sanções previstas no Contrato.

8.1.13.3. Na hipótese de atrasos ou impedimentos para a entrega dos bens, a Contratada poderá comunicar à Contratante em qualquer tempo, desde que dentro do prazo de entrega, sob pena de aplicação das sanções previstas no Contrato.

8.1.13.4. Em caso de transporte de mobiliário de servidor, em função de remoção de ofício, a Unidade Gestora arcará com o ônus da mudança até a metragem cúbica máxima permitida de 33m<sup>3</sup>, para cada processo isoladamente, não sendo responsável a Administração por eventual transporte de mobiliário de servidor que exceda essa metragem.

8.1.13.5. A metragem que exceder o limite legal e o limite previsto não será indenizada pela Contratante. O transporte do excesso, caso ocorra, serão de negócio entre o servidor e a empresa contratada e não será mediado pelo fiscal do Contrato, nem quitado pela SR/PF/AC e sua inadimplência não será atribuída à Administração Pública, ficando todas as tratativas a cargo do servidor removido.

8.1.13.6. Caso a cubagem total ultrapasse os referidos limites, a Contratada deverá emitir uma Nota Fiscal em nome da Contratante, que conterà o valor referente à cubagem máxima paga pela Contratante e outra Nota Fiscal em nome do servidor removido, que conterà o valor referente à cubagem excedente.

8.1.14. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e de qualidade suficiente ao bom acomodamento das bagagens a serem transportadas, promovendo sua substituição quando necessário, e obedecendo às diretrizes abaixo:

- 8.1.14.1. O serviço consiste no transporte dos pertences de porta a porta, da origem para o endereço indicado, desmontando e embalando todos os bens no ato da apanha da mudança, e posteriormente desembalando e remontando todos os pertences no destino, inclusive mobílias.
- 8.1.14.2. A Contratada deverá fornecer todo material e instrumental necessário para montagem/desmontagem, embalagem do mobiliário, processos, livros, equipamentos, computadores, impressoras, obras de arte, equipamentos de laboratório e produtos químicos a fim de que permaneçam em perfeito estado.
- 8.1.14.3. Deverá fornecer a quantidade suficiente de caixas de papelão, plástico polibolha, papel seda, papelão ondulado, engradados em madeira, sacos plásticos, fitas adesivas, etiquetas, etc, para acondicionamento e transporte de todo o objeto da presente licitação.
- 8.1.14.4. Os equipamentos eletrônicos e de informática conjuntamente com seus acessórios e os objetos sensíveis deverão ser embalados em plástico polibolha e acondicionados em caixas antichoque.
- 8.1.14.5. As louças, cristais, porcelanas e demais objetos frágeis deverão ser protegidos em papel de seda, papelão ondulado e plástico polibolha, colocando-os em seguida em caixas de papelão.
- 8.1.14.6. A Contratada deverá fornecer embalagens suficientes para o acondicionamento de documentos e objetos de pequeno porte, que o servidor removido julgue necessário.
- 8.1.14.7. A Contratada deverá fornecer toda mão-de-obra necessária para desmontagem, embalagem, carga, transporte, descarga do mobiliário e/ou bagagens a serem transportadas e remontagem de todo mobiliário, tanto na origem quanto no destino.
- 8.1.14.8. Os documentos, livros e demais objetos que permanecerem nos mobiliários, deverão ser embalados e devidamente identificados pela Contratada.
- 8.1.14.9. A Contratada deverá utilizar caminhões tipo baú protegidos internamente com mantas, acolchoados e plástico polibolha, para o transporte do mobiliário, equipamentos, computadores e impressoras, com seus respectivos acessórios de informática, processos, livros, materiais de escritório, pertences pessoais dos funcionários e demais objetos eventualmente não enumerados.
- 8.1.14.10. Todos os caminhões utilizados na prestação dos serviços deverão estar dispostos com identificação visível da Contratada.
- 8.1.14.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 8.1.14.12. Na hipótese de necessidade de preenchimento da TABELA 2 da Relação de Bens a Serem Transportados, o funcionário da contratada responsável pelo serviço deverá transcrever as mesmas informações em sua cópia, solicitando a assinatura do servidor e assinando em seguida.
- 8.1.14.13. O servidor em remoção/removido ou servidor a serviço do setor beneficiado pelo serviço deverá responder o Checklist – Retirada/Entrega do veículo, sob pena de decair do direito de pleitear ressarcimentos por avarias no veículo. O referido documento deve ser preenchido em dois momentos: logo antes de a contratada recolher o veículo, quanto na entrega do bem no destino. O documento deverá ter a assinatura do representante da empresa contratada e do servidor, que deverá ficar com uma cópia para si e entregar uma cópia ao funcionário da empresa.
- 8.1.14.14. Após o recebimento dos bens e a montagem dos móveis no destino, o servidor deverá conferir o estado de seus bens e fazer o acompanhamento do serviço. Em seguida, deverá preencher o “Termo de Entrega e Aceite dos Serviços”, que será assinado por ele e pelo funcionário da empresa contratada, que reterá uma via.
- 8.1.14.15. Após finalizar a execução do serviço e emitir a fatura correspondente, a empresa deverá encaminhar juntamente com a fatura, cópias dos documentos de que tratam as cláusulas 8.1.14.12., 8.1.14.13., 8.1.14.14. , sem as quais fica impossibilitada uma eficiente fiscalização e, conseqüentemente, o pagamento.
- 8.1.14.16. Ao servidor removido caberá enviar as cópias da Relação de Bens a Serem Transportados, da Apólice de Seguro, do Checklist – Retirada/Entrega do Veículo e do Termo de Entrega e Aceite dos Serviços em até 10 (dez) dias da data de entrega dos bens no destino, juntamente com as reclamações que julgar pertinentes.
- 8.1.14.17. Caso o servidor não atenda à cláusula anterior até o prazo, o fiscal deverá comunicar ao SELOG/SR/AC, que deverá notificar o servidor e sua chefia imediata no dia subsequente ao vencimento do prazo, informando-lhes que o não cumprimento da cláusula pode ensejar a precariedade da fiscalização do serviço prestado, sob risco de responder pelos prejuízos à eficiência e transparência do contrato.
- 8.1.14.18. Se o servidor removido não responder à notificação em até 03 (três) dias úteis, o SELOG/SR/PF/AC encaminhará a questão para o (a) Superintendente Regional da SR/PF/AC, para as



medidas cabíveis.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 9.1. Será designado fiscal titular e substituto para a conferência dos serviços prestados. Além disso, o acompanhamento será reforçado pela GESCON/SELOG/SR/PF/AC e pelo servidor removido.
- 9.2. Os serviços serão solicitados pela Superintendência Regional de Polícia Federal do Estado do Acre por meio do documento “Ordem de Serviço”, via e-mail, constando os contatos do servidor removido, a “Relação dos bens a serem transportados” (que integrarão o inventário de bens com respectivos valores para fins de cálculo de seguro) e os endereços de coleta e de destino da mudança.
- 9.3. A critério do servidor removido, a Contratada deve responsabilizar-se pela armazenagem da bagagem por até 20 (vinte) dias, contados da data da coleta, sem custo para a Contratante nem para o servidor.
- 9.4. Caso o servidor removido opte pelo serviço de armazenagem, o prazo para a entrega da bagagem no destino iniciar-se-á a partir da solicitação de entrega, que deverá ser realizada via e-mail pelo servidor removido diretamente à Contratada, com cópia ao fiscal do contrato.
- 9.5. Os dias de armazenagem excedentes não serão indenizados pela Administração, ficando sua quitação a cargo do servidor removido, após prévio acordo deste com a Contratada. Neste caso não haverá qualquer ônus para a Administração.
- 9.6. Conforme já estabelecido, a apólice de seguro referente à mudança deverá ser entregue ao servidor removido, antes do efetivo transporte de seus bens.
- 9.7. Os serviços serão pagos conforme o valor unitário da faixa de distância, multiplicando-se pela quantidade de metros cúbicos autorizados e efetivamente utilizados após os objetos embalados e compactados, já embutido no valor da nota o valor correspondente ao seguro, observando-se os limites impostos pelo Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, quais sejam: servidor = 12m³, servidor e 01 (um) dependente = 24m³; acrescidos de mais 3m³ por demais dependentes, até o limite de 03 (três) dependentes, totalizando a quantidade máxima permitida de 33m³;
- 9.8. Em nenhuma hipótese a Contratante poderá ser responsabilizada por acidentes que venham a ocorrer com os empregados da Contratada durante a execução dos serviços contratados.
- 9.9. O pagamento será efetivado para cada serviço executado.
- 9.10. As quantidades máximas a serem pagas pela Administração para os serviços prestados aos servidores são neste TR. O material transportado pertencente ao patrimônio da PF não se submete aos limites impostos pelo Decreto nº 4.004.
- 9.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução do serviço, todos mencionados ao longo deste Termo de Referência.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos

prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no

prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

12.24. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

12.25. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

13.1.2. Nos casos em que a empresa contratada não tenha todo o suporte necessário para realizar determinadas entregas de mobiliários, bagagens e veículos, principalmente na possibilidade de transporte fluvial, marítimo e aéreo.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela

perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentuais mínimo de 10% e máximo de 30%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

13.4.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

13.4.2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

13.4.3. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

13.5. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

13.5.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte;

13.5.2. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e

13.5.3. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

13.6. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

13.7. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

## **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **15. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções

administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. Fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.19. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

15.9.1. O acompanhamento e a avaliação da execução dos serviços de transporte de mobiliário têm por meta garantir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada. O servidor removido deverá atestar que os bens foram transportados e montados no local de destino em perfeita ordem ou, se for o caso, deverá constar quais as avarias/danos e perdas ocorreram, sob pena de decadência dos direitos.

15.9.2. A comprovação de danos decorrentes da prestação dos serviços pela Contratada é ônus do servidor removido, que deverá consignar as avarias, conforme momento em que a avaria tenha sido causada, com visto do representante da Contratada ou, na recusa deste, relatar o fato.

15.9.3. A contratada deve declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

## **16. AVARIAS E RESSARCIMENTOS**

16.1. É obrigação da Contratada o ressarcimento direto ao servidor removido por dano provocado por ela

aos seus pertences, que se dará na forma deste item.

16.2. Avarias e perdas (totais ou parciais) deverão ser indenizadas pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após ter sido notificada pela Administração.

16.3. Os procedimentos de coleta e entrega devem ser rigorosamente seguidos pelos envolvidos no processo, conforme estabelecido por este instrumento, sob pena de tornar-se impossível a comprovação/isenção de responsabilidades e hipótese de ressarcimento ou não dos bens transportados.

16.4. Os bens devem ser entregues ao destinatário ou a quem apresentar o conhecimento endossado, devendo aquele que as receber deve conferi-las e apresentar as reclamações que tiver, sob pena de decadência dos direitos.

16.5. No caso de perda parcial ou de avaria não perceptível à primeira vista, o destinatário conserva a sua ação contra o transportador, desde que denuncie o dano em 10 (dez) dias a contar da data da entrega.

16.6. O servidor removido que deixar de entregar à Administração os formulários, fotos e declarações exigidos na forma e prazo determinados impossibilitará que a Administração promova o exercício do direito de pleitear ressarcimento pelos danos causados pela Contratada.

16.7. Caberá ao fiscal do contrato, com o auxílio da GESCON/SELOG/SR/PF/AC, a análise dos fatos e comprovações apresentados emitindo parecer positivo ou negativo a respeito do ressarcimento e seu valor de acordo com critérios objetivos descritos nestes subitens.

16.8. O parecer será encaminhado ao SELOG que emitirá notificação para que a empresa proceda ao ressarcimento sob pena de sanção por descumprimento de disposição contratual.

16.9. O ressarcimento por inutilização do bem ocorrerá quando da avaria resultar inutilização das funções do objeto, inclusive de seu valor estético, que não seja passível de conserto ou cujo valor do conserto supere 50% do valor do bem novo ou de similar no mercado.

16.10. O ressarcimento por inutilização do bem se dará no valor de 100% do bem novo caso o servidor removido comprove por meio de nota fiscal/certificado de garantia que o bem ainda se encontrava em garantia quando houve a avaria, inclusive no caso de garantia estendida adquirida junto ao bem.

16.11. O ressarcimento por inutilização do bem se dará em percentual do valor do bem novo ou seu similar no mercado conforme a vida útil do bem após a garantia, comprovada por nota fiscal/certificado de garantia conforme tabela a seguir:

<b>SITUAÇÃO DO BEM</b>	<b>PERCENTUAL DO BEM NOVO OU SIMILAR A SER RESSARCIDO</b>
Ainda no mercado	50 %
Fora do mercado, mas com comprovação de disponibilidade no mercado a até 2 anos da data da mudança	40 %
Fora do mercado com comprovação de disponibilidade no mercado a mais de 2 anos da data da mudança	30 %
Sem qualquer comprovação	20 %

16.12. Caso o servidor não tenha nota fiscal ou documento que comprove data de aquisição, tampouco data de expiração da garantia, será aceita comprovação por quaisquer outros meios, inclusive pesquisas em sites de lojas na Internet ou declaração da empresa da data em que o bem deixou de ser produzido naquela versão. O ressarcimento então se dará:

<b>SITUAÇÃO DO BEM</b>	<b>PERCENTUAL DO BEM NOVO OU SIMILAR A SER RESSARCIDO</b>
0-2 Anos	50 %
2-4 Anos	40 %
4-6 Anos	30 %
Mais de 6 Anos	20 %

16.13. No caso de avarias cujo valor do reparo/conserto seja inferior a 50% do valor do bem novo, o servidor fará jus a indenização no valor do conserto, bastando para isso apresentar 3 (três) orçamentos diferentes de empresas idôneas com a descrição dos reparos e peças que serão empregados.

16.14. É direito do servidor removido que teve o bem avariado recorrer à rede de assistência técnica credenciada embora o valor dos preços apresentados por essas empresas sejam maiores que aqueles oferecidos por rede não credenciada. Assim, questionamentos da Contratada nesse sentido não serão acatados em qualquer defesa que porventura exponha.

16.15. A indenização deverá ser paga diretamente ao servidor removido por meio de cheque nominal à sua pessoa ou outro meio que o indenizado julgar conveniente (transferência bancária, entre outros). É dever da Contratada remeter cópia do recibo com discriminação do que foi pago para à Contratante para que se archive o procedimento.

16.16. Para os bens sem similitude no mercado, inclusive obras de arte e antiguidades, ficará a cargo do servidor removido a comprovação de seu valor pelos meios que dispuser, cuja adequação e idoneidade deverão ser declaradas pelo fiscal do Contrato juntamente com a GESCON/SELOG/SR/PF/AC, com direito a recurso por parte da Contratada à autoridade superior, que decidirá motivadamente pelo ressarcimento ou não, além da aplicação das penalidades previstas pelo descumprimento de obrigação contratual.

16.17. O servidor tem plena ciência de que qualquer afirmação falsa relativa a qualquer bem que esteja pleiteando ressarcimento ou reparo o sujeitará às medidas legais cabíveis, inclusive em âmbito Administrativo, sem prejuízo de outras.

16.18. A contratada apresentará seguro para cada contrato celebrado.

16.19. A apólice de seguro referente à mudança e deverá ser entregue ao servidor removido, antes do efetivo transporte de seus bens.

16.20. O valor de seguro deverá ser embutido nos valores propostos pela contratada, quando na fase licitatória de lance e de apresentação das propostas, sem nenhum acréscimo distinto nas faturas.

## **17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 10 (dez) dias do adimplemento da obrigação, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos,

que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. O prazo de validade;

18.4.2. A data da emissão;

18.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4. O período de prestação dos serviços;

18.4.5. O valor a pagar; e

18.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1. Não produziu os resultados acordados;

18.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

## 19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de publicação da Ata de Registro de Preços.

19.2. Considerando a vigência de apenas um ano da Ata de Registro de Preços, não haverá reajuste.

19.3. A cada contrato celebrado, também não haverá reajuste durante sua vigência, a não ser alteração de valores decorrentes de aumento ou diminuição de volume a ser transportado.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois o instrumento resultará em uma Ata de Registro de Preços e não em um único contrato anual.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e

21.1.5. Cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. Multa de:

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

21.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

21.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Será necessário que a contratada apresente comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, a respeito de contratos já concluídos ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, assim como apresentar regularidade nos cadastros SICAF, CEIS, CNJ e TCU.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global: R\$ 264.976,06 (duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais, e

seis centavos).

22.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

### **23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

23.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

23.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preços praticados no mercado e nos valores de contratos celebrados por outros entes públicos.

### **24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

24.1. Trata-se de instrumento destinado a resultar em uma Ata de Registro de Preços. Portanto, os recursos orçamentários serão declarados a cada contratação, conforme a demanda ao longo da vigência da ata.

### **25. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

25.1. A execução dos serviços será iniciada somente após publicação da Ata de Registro de Preços, sempre que houver demanda, ou seja, aguardando as solicitações dos servidores a serem removidos da/para a Polícia Federal no Acre ou outras determinações da própria Administração quando se tratar de bens de seu interesse.

25.2. O prazo de execução dos serviços será de até 12 meses, conforme estabelecido em contrato. Não há cronograma definido, pois a execução dependerá de surgimento de demanda, contudo, quando houver surgimento da demanda, o prazo de execução do serviço deverá seguir os limites estabelecidos na tabela do item 8.1.13.

### **26. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:**

**26.2.1.ANEXO I – A –** Relação de Bens a serem transportados

**26.2.2.ANEXO I – B -** Ordem de Serviço

**26.2.3.ANEXO I - C -** Carta de Apresentação

**26.2.4.ANEXO I – D -** Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação

**26.2.5.ANEXO I – E -** Check list – Retirada - Entrega de Veículo

**26.2.6.ANEXO I – F -** Termo de Entrega e Aceite dos Serviços

---

**KENNON MONTEIRO DE OLIVEIRA**

Agente Administrativo de Polícia Federal

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação.

---

**GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO**

Agente Administrativo de Polícia Federal  
Chefe do SELOG/SR/PF/AC - Em exercício

### **DESPACHO:**

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05 e art. 14 da IN/MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização da licitação para a contratação do serviço de transporte de mobiliário, bens e veículos existente entre as unidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre, devido a essencialidade deste para as atividades deste órgão, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas.

---

**DIANA CALAZANS MANN**

Delegada de Polícia Federal



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO, Chefe de Setor - Substituto (a)**, em 19/03/2019, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KENNON MONTEIRO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo**, em 19/03/2019, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIANA CALAZANS MANN, Superintendente Regional**, em 20/03/2019, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10320100** e o código CRC **1783F1EC**.

**ANEXO I – A - MODELO**

**RELAÇÃO DE BENS A SEREM TRANSPORTADOS**

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2018 – SR/PF/AC

SERVIDOR:		TELEFONE:
LIMITE DE VOLUME A QUE O SERVIDOR TEM DIREITO:		
CIDADE DE ORIGEM:	ENDEREÇO:	TELEFONE:
CIDADE DE DESTINO:	ENDEREÇO:	TELEFONE:
DATA DE RECOLHIMENTO DOS BENS:		

Servidor, através deste formulário, a integridade de seus bens estará garantida pelo seguro. Preencha-o com os valores atualizados dos itens que serão confiados à transportadora para a realização do transporte. A transportadora poderá realizar vistoria para conferir metragens dos equipamentos.

**OBSERVAÇÕES:**

- 1) Em caso de duplicidade de algum objeto ou imóvel, utilizar a TABELA 2, tendo em vista a especificação do valor do bem;
- 2) A TABELA 2 também se destina aos bens não descritos na TABELA 1. A metragem a ser informada pode ser a mesma da TABELA 1, se o objeto for análogo. Se o objeto for peculiar, sem análogo na primeira tabela, a medição será feita in loco, no momento do recolhimento do bem. Servidor deverá manifestar sua concordância com as aferições feitas.
- 3) Itens não relacionados não serão transportados.
- 4) O EXCENDENTE ao limite a que o servidor tem direito não será objeto de mediação entre a Administração e a Contratada e, caso seja incluído na relação e transportado, as despesas correspondentes são de inteira responsabilidade do servidor removido.

**TABELA 1**

DESCRIÇÃO	M³	QUANTIDADE:	RESULTADO:	VALOR:
Abajour	0,20			
Aparelho Som	0,40			
Ar Condicionado	0,72			
Banco Piano	0,25			
Banqueta	0,35			
Bar	0,87			
Baú	0,40			
Biombo	0,42			
Buffet/Aparador com Cristal	1,23			
Buffet/Aparador Gde	1,30			
Buffet/Aparador Pq	0,95			

Caixa com CDs	0,20			
Caixa com DVDs	0,20			
Caixa com discos	0,20			
Cadeira de Balanço	0,42			
Cadeira de Braço	0,30			
Cadeira de Criança	0,20			
Cadeira Simples	0,22			
Caixa de Som Gde	0,58			
Caixa de Som Pq	0,32			
Carrinho de Chá	0,82			
Console (playstation, xbox, etc)	0,20			
Cristaleira	0,92			
DVD/BLU RAY	0,23			
Espelho	0,63			
Estabilizador de Energia/Transformador	0,33			
Estante Alta	1,02			
Estante Baixa	0,65			
Home Theater	0,30			
Lustre/ luminária	0,13			
Mármore/ Granito	0,53			
Mesa de Centro	0,37			
Mesa de Telefone	0,23			
Mesa Dobrável	0,32			
Mesa Elástica	0,85			
Mesa Jantar	1,43			
Mesa Lateral	0,53			
Mesa TV	0,33			
Painel/Suporte para TV	0,60			
Piano Armário	1,40			
Poltrona	0,65			
Puff	0,40			
Rack	0,47			
Rádio	0,15			
Relógio	0,14			
Relógio de Pé	0,34			
Sofá C/ 2 lugares	0,97			
Sofá C/ 3 lugares	1,42			
Sofá C/ 4 lugares	1,82			
Tapete Gde.	0,38			
Tapete Pq.	0,23			
TV 20"	0,27			
TV 29"	0,45			
TV de Plasma/LCD/LED 32"	0,53			
TV Plasma/LCD/LED 42"	0,60			
TV Plasma/LCD/LED 55"	0,70			



Ventilador	0,22			
Vidro Mesa	0,55			
<b>SUBTOTAL</b>				
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIO DE COZINHA</b>	<b>M³</b>			
Armário Alto	1,07			
Armário Baixo	1,07			
Armário Parede	0,58			
Balança	0,22			
Batedeira	0,10			
Bebedouro	0,28			
Botijão de Gás (vazio)	0,52			
Cafeteira Elétrica (tradicional/dolce gusto/etc)	0,17			
Caixa com Utensílios	0,23			
Caixa com Cristais	0,23			
Caixa de Louças	0,23			
Cx. com Mantimentos	0,30			
Caixa de Porcelana	0,23			
Conj. Fondue	0,23			
Esprem. Frutas/Centrífuga	0,20			
Exaustor/Coifa	0,18			
Filtro	0,35			
Fogão/Cooktop	0,62			
Fogareiro	0,28			
Forno Elétrico/a gás	0,30			
Freezer	1,03			
Fritadeira (AirFryer)	0,08			
Fruteira	0,32			
Galão 20 L água mineral	0,05			
Geladeira	1,33			
Grill/Sanduicheira	0,02			
Lava Louças	0,65			
Liquidificador	0,10			
Lixeira	0,05			
Micro-ondas	0,28			
Mixer	0,05			
Máquina de Pão (Panificadora Portátil)	0,04			
Moedor	0,10			
Multiprocessador	0,10			
Tampo Inox	0,35			
Torradeira	0,10			
<b>SUBTOTAL</b>				
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIO DE LAVANDERIA</b>	<b>M³</b>			

Aspirador de Pó	0,22			
Baldes/Bacias/Cestos	0,12			
Caixa com produtos limpeza	0,30			
Enceradeira	0,40			
Escada Alumínio	0,32			
Ferro de Passar	0,10			
Lava Roupas	0,67			
Secadora	0,53			
Tábua de Passar	0,20			
Varal de Chão	0,10			
Varal de Teto	0,05			
Vassouras/Rodos/Mop/Similares	0,05			
<b>SUBTOTAL</b>				
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIO DE DORMITÓRIOS</b>	<b>M³</b>			
Arara de roupas	0,50			
Arca Baú	1,23			
Ar Condicionado	0,45			
Armário 2 Portas	0,92			
Armário 3 Portas	1,25			
Armário 4 Portas	1,53			
Armário 6 Portas	1,78			
Armário 8 Portas	1,98			
Armário Duplex	1,60			
Bebe Conforto	0,16			
Berço	1,72			
Cabeceira	0,30			
Cama Beliche	1,85			
Cama/Box Casal	1,40			
Cama/Box Queen	1,56			
Cama/Box King	1,74			
Cama Criança	0,82			
Cama/Box Solteiro	0,98			
Cama Dobrável	0,82			
Carrinho Bebê	0,35			
Cesto P/ Roupas	0,50			
Climatizador	0,10			
Colchão Berço	0,48			
Colchão Casal	1,10			
Colchão Queen	1,29			
Colchão King	1,51			
Colchão Solteiro	0,53			
Cômoda penteadeira	0,65			
Mala Pq.	0,48			
Mala Gde	0,77			
Maq. Costura	1,23			

Maq. Overloc	0,58			
Mesa de Cabeceira/Criado Mudo	0,53			
Sapateira	0,25			
Sofá-Cama	1,37			
Travesseiro	0,06			
<b>SUBTOTAL</b>				
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO</b>	<b>M³</b>			
Ar Condicionado	0,47			
Arquivo de Aço	0,58			
Cadeira de Escritório	0,82			
Cadeira Estofada	0,82			
Calculadora Elétrica	0,14			
Cofre (vazio)	0,10			
Computador de Mesa (desktop)	0,50			
Caixa c/ Mat. Escritorio	0,25			
Escrivaninha em L	1,25			
Escrivaninha Gde	1,13			
Escrivaninha Pq	0,67			
Estante Aço	0,93			
Estante Canto	0,67			
Estante Madeira	1,12			
Impressora	0,22			
Máq. Escrever Elétrica	0,20			
Mesa de Reunião	1,83			
Monitor	0,38			
<b>SUBTOTAL</b>				
<b>OBJETOS E MOBILIÁRIOS DIVERSOS</b>	<b>M³</b>			
Antena Parabólica	1,00			
Antena TV a cabo	0,48			
Aquecedor	0,32			
Bateria (instr. musical)	0,88			
Bicicletas (Adulto e /ou infantil)	0,38			
Caixa c/ objetos de uso pessoal	0,25			
Caixa c/ perfumes / maquiagens	0,25			
Caixa Cama/Mesa/Banho	0,43			
Caixa Com Bebidas	0,25			
Caixa com Brinquedos	0,30			
Caixa com Cortinas	0,30			
Caixa com Enf. Natal	0,30			
Caixa com Ferramentas	0,30			
Caixa com Livros	0,30			
Cx. com objetos diversos	0,30			
Caixa com Roupas	0,35			
Caixa com Sapatos	0,35			



Manifesto-me de acordo com as metragens cúbicas feitas nos objetos/móveis descritos na TABELA 2: \_\_\_\_\_

- TAMANHO TOTAL DA MUDANÇA (SEM OS VEÍCULOS):  
\_\_\_\_\_ m<sup>3</sup>
- VALOR TOTAL DOS BENS: R\$  
\_\_\_\_\_
- TAMANHO DO VEÍCULO: \_\_\_\_\_ m<sup>3</sup>
- VALOR TOTAL DO VEÍCULO: R\$  
\_\_\_\_\_

OBSERVAÇÕES:

\_\_\_\_\_/AC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

**ANEXO I – B - MODELO**

**ORDEM DE SERVICO**

ORDEM DE SERVIÇO nº \_\_\_\_\_ do CONTRATO: \_\_\_\_/2018 – SR/PF/AC

À

empresa

\_\_\_\_\_,  
solicitamos a execução do serviço de transporte de cargas, nos moldes do Contrato acima referenciado, de acordo com as especificações abaixo:

<b>SERVIDOR:</b>		<b>TELEFONE:</b>	
LIMITE DE VOLUME A QUE O SERVIDOR TEM DIREITO:			
CIDADE DE ORIGEM:			
CIDADE DE DESTINO:			
DISTÂNCIA ORIGEM/DESTINO:			
ITEM DO CONTRATO CONFORME DISTÂNCIA:			
VALOR POR m³ CONFORME FAIXA:			
<b>ORIGEM</b>			
DATA DE RECOLHIMENTO DOS BENS:			
HORÁRIO:			
CIDADE/ESTADO DE ORIGEM	ENDEREÇO: Rua: Número: Bairro: CEP: Referência:	TELEFONE:	
ESPECIFICAÇÕES DO LOCAL DE ORIGEM		SIM	NÃO
Necessidade de içamento?			
Pode usar o elevador?			
Pode usar a escada?			
<b>DESTINO</b>			
CIDADE/ESTADO DE DESTINO	ENDEREÇO: Rua: Número: Bairro: CEP: Referência:	TELEFONE:	
ESPECIFICAÇÕES DO LOCAL DE DESTINO		SIM	NÃO
Necessidade de içamento?			
Pode usar o elevador?			
Pode usar a escada?			
DATA LIMITE PARA ENTREGA DOS BENS:			

\_\_\_\_\_  
Chefe do Setor de Logística da SR/PF/AC

**ANEXO I – C - MODELO**  
**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Conforme solicitação da Ordem de Serviço nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, oriundo do Contrato nº \_\_\_\_/2018 – SR/PF/AC, informamos que os funcionários da transportadora listados abaixo estarão em sua residência, no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, a partir das \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas.

NOME	RG	CPF	CARGO

Na hipótese de caso fortuito ou força maior que atrase ou impeça a realização do serviço na data indicada, estaremos comunicando ao fiscal do contrato em até 01 (um) dia antes e também estaremos entrando em contato por meio do telefone informado na Ordem de Serviço.

Rio Branco/AC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante da Contratada

**ANEXO I – D - MODELO**

**TERMO DE COMPROMISSO COM O SIGILO DA INFORMAÇÃO**

Nós, abaixo listados, pelo presente termo, assumimos perante a Polícia Federal no Estado do Acre e perante ao servidor beneficiado pelo serviço ora prestado em decorrência da Ordem de Serviço nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - SR/PF/AC, o compromisso de sigilo sobre quaisquer informações a que tivermos acesso ou conhecimento no âmbito dos prédios da Polícia Federal, bem como das residências de seus servidores, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

Em nome deste compromisso, nos comprometemos a não divulgar ou comentar interna ou externamente quaisquer informações e cumprir adequada e discretamente as atividades necessárias ao cumprimento do serviço.

Este compromisso permanece mesmo após a extinção do presente contrato.

NOME	RG	CPF	ASSINATURA

Rio Branco/AC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa Contratada



**ANEXO I – E - MODELO**

<b>Marca:</b>	<b>Modelo:</b>	<b>Ano:</b>
<b>Placa:</b>	<b>Cor:</b>	<b>Quilometragem:</b>

**CHECK LIST – RETIRADA / ENTREGA DE VEÍCULO**

<b>ENDEREÇO DE RETIRADA/ENTREGA</b>			
<b>Rua:</b>	<b>Nº</b>	<b>Bairro:</b>	
<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP</b>	
<b>Data:</b>			
<b>OBSERVAÇÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>LOCAL/DESCRIÇÃO DA AVARIA/OBSERVAÇÃO</b>
Lataria apresenta arranhões/riscos?			
Lataria apresenta amassados?			
Vidros trincados?			
Há avarias no estofamento?			
Há avarias no painel?			
Para-choques dianteiro e traseiro em bom estado?			
Faróis e lanternas diante. e tras. em bom estado?			
Porta-malas sem problemas na abertura e no fechamento?			
Há tapetes de borracha?			<b>QUANTOS?</b>
Há estepe?			
Há macaco?			
Há triângulo?			
Há chave de roda?			
Há extintor de incêndio?			
Há aparelho de GPS?			

--	--	--	--

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

<b>Representante da Empresa Contratada</b>	<b>Servidor da SR/PF/AC</b>

## ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....

A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE com sede na Rodovia BR-364, nº 3501, Bairro Portal da Amazônia, CEP 69.915-630, na cidade de Rio Branco/AC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0019-65, neste ato representado pela SUPERINTENDENTE REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE, DELEGADA DIANA CALAZANS MANN, nomeada pela Portaria nº 08, publicada no *DOU* de 12 de janeiro de 2018, inscrito(a) no CPF nº 913.587.520-87, portador(a) da Carteira de Identidade nº 9063673909 SSP/RS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2019, publicado no D.O.U na data de..., processo administrativo n.º 08220.008371/2018-94, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa especializada em serviço de transporte rodoviário de cargas, em caminhão fechado tipo baú, compreendendo o transporte de mobiliário e bagagens dos servidores e seus dependentes, que no interesse da Administração e da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre – SR/PF/AC, das Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia/AC e Cruzeiro do Sul/AC, forem removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em todo território nacional, bem como, para o transporte de materiais diversos, patrimônio ou não desta Unidade Gestora, **inclusive veículos**, no cumprimento de suas atribuições, quer na administração de seus bens permanentes ou de consumo, como para exercício de sua atividade finalística, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), especificados no item 1 do Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nome da empresa.

CNPJ/MF:

Endereço:

Contatos:

Representante:

GRUPO I	ITEM	DESCRIÇÃO	FAIXA (Km)	QUANT. (m³)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	Serviço de transporte rodoviário de	0 a 600	70		
	2	cargas, em caminhão fechado tipo	601 a 1.200	70		
	3	baú, compreendendo o transporte de mobiliário e	1.201 a 1800	110		
	4	bagagens, transporte de	1.801 a 2.400	110		
	5	materiais diversos, patrimônio ou	2.401 a 3.000	110		
	6	não desta Unidade Gestora, inclusive veículos.	Acima de 3000	185		
VALOR DO GRUPO						

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Polícia Federal do Acre.

3.2. Não houve órgãos e entidades públicas participantes neste registro de preços.

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

*4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.*

#### **5. VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da publicação do extrato do D.O.U, não podendo ser prorrogada.

#### **6. REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

*6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. Por razão de interesse público; ou

6.9.2. A pedido do fornecedor.

## **7. DAS PENALIDADES**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data  
Assinaturas

---

**DIANA CALAZANS MANN**  
Delegada de Polícia Federal  
Superintendente Regional SR/PF/AC

---

**REPRESENTANTE**  
**CPF:**  
**EMPRESA:**  
**CNPJ:**

## ANEXO III

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

#### TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E A EMPRESA

.....

A União, por intermédio da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, com sede no(a) Rodovia BR-364, nº 3501, Bairro Portal da Amazônia, CEP 69.915-630, na cidade de Rio Branco /AC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0019-65, neste ato representada pela SUPERINTENDENTE REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE, DELEGADA DIANA CALAZANS MANN, nomeada pela Portaria nº 08, publicada no *DOU* de 12 de janeiro de 2018, inscrito(a) no CPF nº 913.587.520-87, portador(a) da Carteira de Identidade nº 9063673909 SSP/RS, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviço de transporte rodoviário de cargas, em caminhão fechado tipo baú, compreendendo o transporte de mobiliário e bagagens dos servidores e seus dependentes, que no interesse da Administração e da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre – SR/PF/AC, das Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia/AC e Cruzeiro do Sul/AC, forem removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em todo território nacional, bem como, para o transporte de materiais diversos, patrimônio ou não desta Unidade Gestora, **inclusive veículos**, no cumprimento de suas atribuições, quer na administração de seus bens permanentes ou de consumo, como para exercício de sua atividade finalística, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.



1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Qualquer unidade da federação poderá ser o local de origem/partida, bastando que percurso esteja compreendido na faixa de Quilometragem de um dos itens da previsto no Termo de Referência.

1.4. Objeto da contratação:

GRUPO I	ITEM	DESCRIÇÃO	FAIXA (Km)	VOLUME (m³)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	Serviço de transporte rodoviário de cargas, em caminhão fechado tipo baú, compreendendo o transporte de mobiliário e bagagens, transporte de materiais diversos, patrimônio ou não desta Unidade Gestora, <b>inclusive veículos.</b>	0 a 600	70		
	2		601 a 1.200	70		
	3		1.201 a 1800	110		
	4		1.801 a 2.400	110		
	5		2.401 a 3.000	110		
	6		Acima de 3000	185		
	VALOR DO GRUPO					

1.5 O objeto detalhado desta contratação corresponde ao transporte de bens e cargas do servidor (nome do servidor e dados funcionais) .....

1.6 O processo de (Remoção ou Transporte de bens)....., consta no sistema SEI com o número de protocolo .....

1.7 O valor a ser pago à empresa corresponde ao valor da metragem efetivamente medida e atestada pelo fiscal do contrato, ainda que o valor calculado acima se refira apenas ao quantitativo máximo ao que servidor tem direito de transportar.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de ....., com início na data da assinatura do contrato, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, parágrafo 1, da Lei n. 8.666, de 1993.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. A Contratada deverá formalizar e apresentar Apólice de Seguro na forma prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.3. O prazo de execução dos serviços será de ..... (indicar o período de tempo previsto para a conclusão dos serviços), com início ..... (indicar a data ou evento para o início dos serviços), na forma que segue.....

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da contratada.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. indenizações e multas.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Acre - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
**DIANA CALAZANS MANN**  
Delegada de Polícia Federal  
Superintendente Regional SR/PF/AC

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-